



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.178, DE 2010

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir dispositivo definindo sanção para produtos comercializados com prazo de validade vencido.

DESPACHO:

APENSE-SE (À)AO PL-3285/2008.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2010
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir dispositivo definindo sanção para produtos comercializados com prazo de validade vencido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir dispositivo definindo sanção para produtos comercializados com prazo de validade vencido.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 63-A:

“
Art. 63-A Comercializar produto com prazo de validade vencido ou modificar a data de validade original do produto:
Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa.
..... “
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor já proíbe de modo geral a comercialização de produtos com prazo de validade vencido e aponta as responsabilidades dos responsáveis pela oferta de tais produtos.

No entanto, por não haver uma penalidade específica para este caso, muitos fornecedores não têm dado a atenção necessária a esta importante questão ligada diretamente à saúde do consumidor brasileiro.

O consumo de produtos com prazo de validade vencido traz sério e iminente risco ao consumidor que estará utilizando ou ingerindo produtos capazes de lhe fazer mal. O prazo de validade é uma garantia de qualidade do produto.

O caso é ainda mais grave quando o fornecedor adultera o prazo original de validade para enganar o consumidor e vender seu produto como se tivesse em perfeitas condições.

O problema é claro e infelizmente continua a ocorrer em nosso país. A solução é fiscalizar e, se necessário, punir. Neste sentido colabora nossa proposta que define uma penalidade específica para esta conduta criminosa nas relações de consumo.

Pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto em nome da defesa e proteção do consumidor brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado CARLOS BEZERRA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá
outras providências.

.....

**TÍTULO II
DAS INFRAÇÕES PENAIS**

.....

Art. 63. Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade:

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de alertar, mediante recomendações escritas ostensivas, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado.

§ 2º Se o crime é culposo:

Pena - Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 64. Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado:

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

Parágrafo único. Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de retirar do mercado, imediatamente quando determinado pela autoridade competente, os produtos nocivos ou perigosos, na forma deste artigo.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO